



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Balanço Patrimonial	3
Demonstração de Resultado do Exercício	4
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$/mil

ATIVO	NE	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE			
DISPONIBILIDADES	5	463.948	595.597
CAIXA E BANCOS		13.812	9.421
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		450.136	586.176
CONTAS A RECEBER - CLIENTES	6	5.937	115.894
FATURAS A RECEBER		5.937	115.894
ESTOQUES		3.535	1.318
MATERIAIS DIVERSOS		3.535	1.318
OUTROS CRÉDITOS	7	2.493	
DEPÓSITOS JUDICIAIS		2.493	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE		3	36
DESPESAS ANTECIPADAS		3	36
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		475.915	712.845
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		168.276	16.241
FATURAS A RECEBER - DEP. JUDICIAL	6	118.326	3.423
DEPÓSITOS JUDICIAIS	7	49.424	12.809
IMPOSTOS A RECUPERAR		527	
OUTROS VALORES REALIZÁVEIS LP		9	9
INVESTIMENTOS		393.104	280.630
IMOBILIZADO	8	393.102	278.946
INTANGÍVEL	8	2	1.685
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		561.390	296.872
TOTAL DO ATIVO		1.037.305	1.009.717
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES			
SALÁRIOS E ENCARGOS	9	9.385	4.204
IMPOSTOS A RECOLHER	10	38.270	5.900
FORNECEDORES	11	1.968	1.355
CRÉDITOS DE CLIENTES	12	7.570	3.174
PROVISÕES JUDICIAIS	13	15.930	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		73.123	14.632
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES FISCAIS	10	50.753	
PROVISÕES JUDICIAIS	13	531.476	9.951
TOTAL		582.229	9.951
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL	14	1.086.444	1.000.000
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO		(14.866)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(128.075)	(14.866)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15	(561.550)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		381.953	985.134
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		964.182	995.084
TOTAL DO PASSIVO		1.037.305	1.009.717

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$/mil

	NE	2015	2014
RECEITA BRUTA	16	261.614	62.633
(+) RECEITA INFRAPORT		69.425	13.776
(+) RECEITA INFRACAIS		8.441	1.800
(+) RECEITA INFRAMAR		102.604	23.196
(+) RECEITA PATRIMONIAL		33.811	10.598
(+) RECEITA SERVIÇOS DE APOIO		9.022	1.931
(+) RECEITA SERVIÇOS ACESSÓRIOS		28.546	10.180
(+) ARMAZENAGEM		6.856	898
(+) OUTRAS RECEITAS		2.909	254
DEDUÇÕES DA RECEITA		(25.872)	(21.289)
(-) PIS		(4.272)	(1.033)
(-) COFINS		(19.676)	(4.760)
(-) VENDAS CANCELADAS		(1.925)	(15.496)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA		235.742	41.343
CUSTOS		(85.105)	(49.889)
(-) REMUNERAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS		(63.197)	(40.490)
(-) CUSTO OPERACIONAL		(21.908)	(9.399)
LUCRO BRUTO		150.636	(8.546)
DESPESAS		(248.453)	(27.423)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		(93.331)	(14.546)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		(382)	(157)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS E UTILIDADES		(21.126)	(2.427)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(75.154)	
(-) DESPESAS DIVERSAS		(58.460)	(10.293)
RESULTADO FINANCEIRO	17	61.328	20.402
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		61.497	20.403
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(169)	(2)
RESULTADO OPERACIONAL		(36.489)	(15.567)
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(91.587)	700
(-) DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS		(75.987)	(515)
(-) TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(434)	(200)
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(15.166)	1.416
(+) LUCRO/ (-) PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		(128.075)	(14.866)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

R\$/mil

	NE	2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	128.075
AJUSTE DEPRECIAÇÃO ANOS ANTERIORES	21	- 561.550
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	-	689.625

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$/mil

	NE	Capital Social Integralizado	Ajustes de Avaliação	Lucros Acumulados	Outros Resultados	TOTAL
SALDOS INICIAIS		1.000.000		- 14.866		985.134
AUMENTO DE CAPITAL	15	86.444				86.444
AJUSTES DO PERÍODO					- 561.550	- 561.550
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				- 128.075		- 128.075
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA						-
SALDOS FINAIS		1.086.444	-	- 142.942	- 561.550	381.953

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	R\$/mil
	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro/Prejuízo do exercício	(128.075)
Ajustes para:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-
Depreciação e amortização	75.154
Diminuição (aumento) nos ativos	
Contas a receber de clientes	4.946
Títulos a receber	-
Estoques	(2.217)
Impostos a recuperar	(527)
Adiantamentos a fornecedores	-
Despesas antecipadas	33
Depósitos judiciais	(39.108)
Aumento (diminuição) nos passivos:	
Fornecedores	613
Obrigações fiscais	32.371
Obrigações sociais e trabalhistas	5.181
Cientes caucionados	4.396
Provisões Judiciais	15.930
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(31.302)
Adições ao imobilizado e intangível	(186.791)
Fluxo de caixa aplicados das atividades de investimentos	(186.791)
Integralização de Capital	86.444
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	86.444
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(131.649)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014	595.597
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015	463.948

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Legal

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (doravante APPA), empresa pública do Estado do Paraná, criada nos termos da Lei Estadual nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.562, de 03 de julho de 2014, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, tendo por único acionista o Estado do Paraná e como objeto principal a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, cumprindo as competências instituídas no Convênio de Delegação nº 37/2001, firmado entre a União e o Estado do Paraná, e Lei nº 12.815/2013.

Como autoridade portuária, a APPA exerce serviço público por essência, estando sujeita ao cumprimento das regras de Direito Público e Privado.

Dentro desse contexto, como Administração Pública, a APPA desempenha papel fundamental na economia do Paraná, razão de sua existência, disponibilizando aos seus usuários infraestrutura necessária à operação de importação e exportação através dos portos do Paraná.

A APPA, com o objetivo de atender exigências legais, poderá desenvolver atividades afins, conexas ou acessórias, bem como administrar outras estruturas de vias navegáveis mediante regular autorização.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação a Lei nº 6.404/76, e atualizações da 11.638/07, assim como às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras individuais da Empresa preparadas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração na 19ª reunião ordinária realizada em 31 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram elaboradas em reais/mil.

Uso de estimativas e julgamentos

A Empresa realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro serão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela cobrança de tarifas no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis serão amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração, considerando a vida útil estimada pela receita federal, as quais serão periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Empresa determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a APPA reconhecerá provisão quando existir uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Empresa. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exigirá que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Empresa vem adotando o procedimento de revisar as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Empresa sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto

prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual estão sendo revisadas e serão adotadas a partir do exercício de 2016.

c. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

e. Receita operacional

Tarifas

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Contas Movimento

	31.12.2015	31.12.2014
Banco do Brasil S.A.	13.799	9.372
Caixa Econômica Federal	13	49
Itaú Unibanco		
	<u>13.812</u>	<u>9.421</u>

5.2 Aplicações Financeiras

	31.12.2015	31.12.2014
Banco do Brasil S.A. (a)	371.042	476.641
Caixa Econômica Federal (b)	79.094	109.535
	<u>450.136</u>	<u>586.176</u>

Total de caixa e equivalentes de caixa	463.948	595.597
---	----------------	----------------

- (a) Valores aplicados em fundos exclusivos de investimentos com remuneração média de 13,42% a.a.
- (b) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB, poupança e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiro – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 9,63%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 12,87% a.a.

6 Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

Contas a receber	31.12.2015	31.12.2014
A vencer	5.610	4.248
Vencidos de 01 a 30 dias	166	2.194
Vencidos de 31 a 180 dias	125	6.652
Vencidos a mais de 180 dias	14.473	102.800
 (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	 -14.437	 0
 Cliente (LP) – Processo 1749/07 (**)	 118.326	 3.423
Total contas a receber	124.263	119.317

Os valores a receber configuram-se pelas tarifas cobradas pela APPA sobre a utilização de terceiros da faixa portuária.

(*) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi criada em 2015 através de uma análise criteriosa dos títulos em aberto. Foi identificado que o montante provisionado somava títulos antigos, anteriores a 2010 e, por limitações do sistema utilizado na época, sem os devidos históricos de cobrança, impossibilitando a comprovação do direito de recebimento. Por este motivo a provisão foi realizada e sua contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de impostos.

(**) Os valores a receber registrados na conta de longo prazo refere-se a ação judicial 1749/07, onde o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná ingressou contra um aumento tarifário realizado pela APPA, o qual antes mesmo da tabela vigorar, foi proferida Decisão Liminar, determinando que os valores referentes ao aumento da tarifa, fossem depositados em juízo. Desta forma a APPA emite em separado as faturas referente ao acréscimo das tarifas, e assim que o cliente faz o recolhimento dos valores em juízo e apresenta à APPA cópias dos respectivos recolhimentos, as faturas são classificadas como “faturas reclamadas”. Desde a transformação da APPA em empresa pública, as faturas citadas, são reclassificadas na contabilidade da conta de “Clientes a receber (CP)”, para conta de “Clientes a Longo Prazo – Processo 1749/2007”, na ocasião do depósito judicial por parte do cliente, e devidamente comprovado perante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Considerando que as faturas emitidas, referente ao saldo de depósitos judiciais da conta de longo prazo, na realidade já foram quitadas pelos clientes e só constam pendentes em espera da decisão judicial, para cálculo do Prazo Médio de Recebimento – PMR subtraímos estes valores:

$$\text{PMR} = \frac{\text{Contas a receber} * 360}{\text{Receita de Vendas}} = 8,17$$

7 Depósitos judiciais

	31.12.2015	31.12.2014
Trabalhistas (a)	13.523	9.951
Pis e Cofins não cumulativos (b)	25.467	2.858
Energia Elétrica (c)	8.170	
Outros	4.755	
	51.916	12.809

- (a) Valores referentes a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento sem transitado em julgado da ação, bem como depósitos judiciais para garantia do juízo em ações transitadas em julgados, em fase de liquidação.
- (b) A APPA ajuizou, em novembro de 2014, uma ação declaratória buscando o reconhecimento de sua imunidade tributária perante impostos federais, nos termos do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional _CTN. Nesta ação, através da concessão de liminar, foi deferida a suspensão da exigibilidade destes tributos, mediante depósito judicial dos valores controvertidos.
- (c) Buscando o reconhecimento de sua imunidade tributária recíproca frente a cobrança de ICMS sobre as faturas de energia elétrica, a APPA ingressou com ação declaratória em face da COPEL, obtendo medida liminar para suspender a exigibilidade do imposto mediante depósito judicial do valor controvertido.
- (d) Demais depósitos judiciais realizados em razão de ações cíveis e tributárias.

8 Investimento

MAPA IMOBILIZADO													
	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitoria	Construções	Máquinas e Aparelhos e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Informática e Tecnologia	Equip. de Instalações	Equip. de medição	Dragagem	Imobilizado em andamento	TOTAL	Intangível
Dezembro 2014	5.638	101.410	10.196	58.492	29.160	2.903	9.114	1.883	-	5.353	54.797	278.946	1.685
Aquisições	665	-	-	-	47.925	302	27	-	-	2.275	139.023	190.217	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(70)	-	(1.023)	(3.490)	(3.195)	(216)	(640)	(237)	(1)	(66.280)	-	(75.153)	(2)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.161	(71.161)	-	-
Ajuste custo													
Laudo EY (a)	(1.714)	33.845	307.503	151.007	36.934	30.007	1.543	565	13	-	-	559.702	(742)
Ajuste contábil depreciação (b)	(3.852)	-	(302.955)	(157.706)	(52.728)	(31.787)	(9.366)	(2.211)	(5)	-	-	(560.611)	(939)
Dezembro 2015	666	135.254	13.720	48.303	58.096	1.210	679	0	6	12.510	122.658	393.102	2

Enquanto Autarquia do Estado do Paraná, a APPA não possuía controle contábil sobre os bens patrimoniais, portanto, no ano de 2015, foram realizados ajustes contábeis afim de adequar-se à legislação aplicável.

- A empresa Ernst & Young – EY iniciou em 2013 inventário, conciliação físico-contábil e avaliação dos bens, com o objetivo de fornecer à APPA informações para controle patrimonial e contábil da empresa. O relatório final deste levantamento foi entregue somente em 2015, onde, afim de ajustar todos os itens e diferenças identificados no resultado deste trabalho, foi realizado o ajuste do custo de imobilizado. O ajuste foi necessário, pois grande parte dos bens identificados no levantamento não constavam no controle de imobilizado da empresa.
- Um dos pontos identificados no levantamento foi a falta de reconhecimento da depreciação e amortização dos bens. Com base no detalhamento dos bens disponibilizado no relatório final da Ernst Young, foi possível verificar a data de aquisição de cada item e realizar o cálculo da desvalorização dos mesmos. O total de depreciação e amortização calculada até 31.12.2014 foi ajustada, totalizando R\$ 561.550 reais/mil, e a partir de 01.01.2015 a depreciação foi registrada normalmente mês a mês.

Taxas de depreciação e amortização

<u>Espécie</u>	<u>Ano</u>
Edificações e Benfeitorias	25
Dragagem	1
Instalações	10
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	14
Veículos	5
Móveis e Utensílios	10
Equipamentos de Informática e Tecnologia	3
Equipamentos de Medição	10
Construções	50
Intangível	3

9 Salários e Encargos

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão férias e encargos (*)	5.771	
Consignações Folha	345	503
FGTS a pagar	515	577
INSS a pagar	1.388	1.633
IRRF a pagar	1.366	1.491
	<u>9.385</u>	<u>4.204</u>

(*) Enquanto autarquia a APPA utilizava regime de caixa para registro das transações contábeis, por este motivo só há registro de provisão para férias em 2014.

Valores calculados a partir da folha de pagamento e provisionado conforme o período de apuração. O saldo de impostos e consignações existente em 31 de dezembro refere-se a folha do mês de dezembro que são pagos no mês subsequente a sua apuração. O valor de salários é pago no dia 28 de cada mês.

10 Obrigações fiscais e tributárias

Curto Prazo	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
PIS a Pagar (a)	4.855	783
COFINS a Pagar (a)	22.361	3.608
Impostos retidos de terceiros (b)	905	1.509
INSS Parcelamento SEFA (c)	10.151	
	<u>38.270</u>	<u>5.900</u>
 Longo Prazo	 <u>31.12.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
INSS Parcelamento SEFA (c)	50.753	
	<u>50.753</u>	

- (a) Valores apurados sobre o faturamento através do regime não cumulativo do imposto, apuração do lucro real.
- (b) Valores referentes a retenção na fonte sobre contratação de prestação de serviços, cuja natureza do serviço esteja sujeita a retenção na fonte, tornando a APPA sujeito passivo e solidário do imposto, conforme legislação vigente.

- (c) Na década de 90 a APPA não realizou o recolhimento de débitos de INSS junto à previdência social, um acordo de parcelamento dos débitos foi realizado regularizando os débitos em 240 parcelas atualizadas pela TJLP.

11 Fornecedor

FORNECEDOR	VALOR	REPRESENTATIVIDADE
DTA ENGENHARIA LTDA Total	446.471,40	23%
COPABO INFRA - ESTRUTURA MARITIMA LTDA Total	429.803,42	22%
UNIMED DE PARANAGUA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Total	342.951,85	17%
FMC TRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - EPP Total	195.700,00	10%
AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA Total	153.376,76	8%
MACHADO VALENTE ENGENHARIA LTDA. Total	111.892,35	6%
AP.N ENGENHARIA LTDA - EPP Total	111.317,84	6%
FORNECEDORES DIVERSOS	176.603,46	9%
TOTAL	1.968.117,08	

Os fornecedores mais representativos da APPA são prestadores de serviços de dragagem ou obras de investimento e atualização da faixa portuária, como resultado do plano de investimento em andamento pela gestão atual.

12 Créditos de clientes - caução

Em atendimento a Ordem de Serviço nº. 237-12 para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina, inclusive utilização de água e energia elétrica, o cliente deve obrigatoriamente efetuar adiantamento dos valores referente à operação - através de caução, seguro ou fiança bancária. Os adiantamentos recebidos são devidamente registrados na contabilidade e, após o fechamento da operação, a APPA emite as faturas que são quitadas mediante compensação dos adiantamentos recebidos.

	31.12.2015	31.12.2014
Caução	7.570	3.174
	7.570	3.174

13 Provisões Judiciais

	31.12.2015	31.12.2014
Ações diversas CP	15.930	
Ações trabalhistas - depósitos judiciais LP	11.673	9.951
Ação cíveis LP	492.975	
Precatórios LP (a)	26.828	
	547.406	9.951

A APPA possui significativo passivo trabalhista em decorrência do ajuizamento de quantitativo volumoso de demandas judiciais ao longo dos anos. A atual gestão desta Administração Portuária vem buscando incessantemente corrigir as distorções arrastadas pelas anteriores gestões do Porto e toma medidas necessárias para evitar judicialização dos problemas enfrentados, almejando a redução do contingente judicial. Embora já se tenha o levantamento de todas as ações judiciais nas quais a APPA consta como parte, devido ao elevado número de processos em trâmite, tornou-se inviável ao corpo jurídico da APPA realizar o levantamento do passivo judicial com a classificação de probabilidade de êxito todas as mencionadas demandas. Por esta razão foi iniciado processo licitatório para a contratação de empresa especializada para realizar este levantamento e cálculo dos possíveis valores a serem despendidos a título de condenação nestas ações judiciais.

Independente da contratação supracitada, as ações identificadas com probabilidade de perda seja provável estão registradas no balanço da APPA, conforme detalhamento acima.

- (a) Considerando que a APPA é uma entidade estatal (antes autarquia e a partir de 17/09/2014 transformada em empresa pública) prestadora de serviço público, nas ações judiciais busca-se a sua equiparação à Fazenda Pública, o que implica, dentre outros benefícios, no pagamento de eventual condenação por meio do regime de precatório previsto no art. 100 da Constituição Federal. Nesta hipótese, o adimplemento de valores pela APPA se processa pela expedição de uma ordem de pagamento para a inclusão da dívida no orçamento do Estado do Paraná. Ante a sistemática apontada, reconhecemos a provisão destas ações, conforme detalhamento acima.

14 Capital social

O capital social da APPA é de R\$ 1.086.444 (reais/mil), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná. O capital social só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doações, bens, reservas e outros recursos, bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social da APPA é composto pelo saldo patrimonial constante no balanço de encerramento da Autarquia, levantado em 16 de setembro de 2014, acrescido dos ajustes patrimoniais, resultado do registro do levantamento realizado pela empresa Ernst Young, e pelo reconhecimento das ações cíveis identificadas pelo setor jurídico, ambas de competência anterior à transição para Empresa Pública, conforme demonstrado abaixo:

Capital Social registrado saldo autarquia	1.000.000
Ajuste custo patrimonial Ernst Young	579.419
Ações cíveis	(492.975)
	1.086.444

15 Ajustes de exercícios anteriores

A conta de ajuste de exercícios anteriores foi criada em 2015 para reconhecimento da depreciação acumulada dos bens patrimoniais. Através do reconhecimento do Laudo Patrimonial emitido pela empresa Ernst Young, entregue em 2015, foi possível identificar a totalidade dos bens de posse da APPA e realizar o cálculo da depreciação e amortização acumulada para cada item de acordo à data de aquisição dos bens. Como grande parte da desvalorização calculada tinha como competência anos anteriores a 2015, tornou-se necessário o registro da depreciação acumulada até 2014 na conta de ajustes de exercícios anteriores, uma vez que as demonstrações de 2014 não poderiam mais ser alteradas.

16 Receita Operacional

A receita operacional da APPA é reconhecida no resultado em virtude da sua respectiva cobrança de tarifas e está relacionada, principalmente, a disponibilização do cais e canal de acesso, arrendamentos de área, disponibilização de armazéns e demais serviços acessórios portuários.

As operações referem-se, principalmente, a disponibilização da infraestrutura aos operadores portuários, no qual a APPA cobra as tarifas de INFRAMAR, INFRACAIS e INFRAPORT, e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e é cobrada do arrendatário conforme estipulado em contrato. Basicamente, a tarifa de arrendamento é calculada sobre o m² e volume movimentado/mês.

As tarifas de armazenagem estão relacionadas à disponibilização de armazém e são reconhecidas no resultado no momento da retirada da mercadoria.

As demais receitas operacionais são reconhecidas no resultado no fechamento de cada navio.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS	31.12.2015	31.12.2014
Receitas com taxas e tarifas		
INFRAPORT	69.425	13.776
INFRACAIS	8.441	1.800
INFRAMAR	102.604	23.196
Serviços de apoio	9.022	1.931
Serviços acessórios	28.546	10.180
Armazenagem	6.856	898
Outras receitas	2.909	254
Receita patrimonial		
Arrendamento	33.811	10.598
(-) Descontos e cancelamentos	(1.925)	(15.496)
(-) Impostos sobre vendas (a)	(23.947)	(5.794)
Receita líquida	235.742	41.343

- (a) Embora tenha ajuizado Ação Declaratória em face da União - Fazenda Nacional, buscando o reconhecimento da imunidade tributária, a APPA, por uma questão de gestão e prudência, vem mensalmente calculando os tributos incidentes sobre o faturamento, o que não descaracteriza a imunidade pleiteada. Desta forma, além de apurados, os tributos (Pis e Cofins) estão sendo provisionados mensalmente na contabilidade e depositados em juízo, com base na liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

17 Receitas e (despesas) financeiras

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras		
Juros recebidos	380	166
Descontos Obtidos	166	3
Rendimento de aplicações financeiras	60.951	20.234
Total	61.497	20.403
Despesas financeiras		
Despesas bancárias		
Multas e juros	(169)	(1)
Descontos concedidos		(1)
Total	(169)	(2)
Resultado financeiro líquido	61.328	20.401

18 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A via de regra, assim como em todos os negócios, a APPA está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Os objetivos e processos para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, estão listados a seguir:

A APPA possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; e

Risco de liquidez.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela APPA, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e bancos;

Valores a receber; e

Valores a pagar a fornecedores e outros.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

A Empresa não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A APPA não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos, pois não há atualmente uma política para captação de recursos financeiros com terceiros, mediante empréstimos e financiamentos.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, cujo montante do risco do crédito em 31 de dezembro está demonstrado abaixo:

	31.12.2015
Caixa e equivalentes	463.948
Valores a receber	124.263
	588.211

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política da APPA na administração de liquidez é de garantir, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação e crédito da Empresa.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31.12.2015
Fornecedores	1.968
	1.968

19 Cobertura de Seguros

O montante da cobertura contratada é a seguinte:

Natureza	R\$
Responsabilidade civil	15.000.000
Bens móveis e imóveis	60.000.000

A APPA adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

20 Provisão para litígios e demandas judiciais

Como resultado da implementação do controle de processo e contratação de novos advogados, durante o ano de 2015 foi possível registrar a estimativa para perdas judiciais em torno de R\$ 500 M (Quinhentos milhões de reais), porém, pelo montante de ações ainda serem significativos, está em andamento o processo de licitação para a contratação de uma empresa terceirizada que será responsável pela identificação e análise de probabilidade de cada uma das ações impetradas contra a APPA, sejam estes processos de natureza tributária, trabalhista, cível ou contencioso administrativo. A administração acredita, apoiada na opinião do seu departamento jurídico, que ainda nas demonstrações do exercício de 2016, teremos tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual dos processos de acordo com a NPC 22 (IBRACON) que trata das contingências ativas e passivas, com o fim de possibilitar o reconhecimento contábil em sua totalidade, cuja análise jurídica, considere perda provável da ação, podendo, inclusive, que o total já provisionado seja reduzido.

Paranaguá (PR), 31 de março de 2016

Jeniffer Santos Bento
Chefe da DIACON

Alex Sandro de Ávila
Diretor Financeiro e Administrativo

Luiz Henrique Tessutti Dividino
Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

Paranaguá - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o mencionado nas Notas Explicativas n. 13 e 20, que evidencia que a Empresa é parte em ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, cujos valores não podem ser mensurados na sua totalidade devido volume e a impossibilidade de identificação das ações, determinação de valores que envolvem as causas e inexistência de análise do risco jurídico dessas ações. Dessa forma, não há certeza quando à razoabilidade dos montantes registrados a título de provisão para contingências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Não obstante a Administração da Empresa está dispensando esforços para adequar os montantes relativos a essas contingências passivas durante o exercício de 2016, cujo processo de contratação de empresa especializada no levantamento e cálculo dos valores que envolvem essas ações judiciais já está em andamento. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria (exame às informações contidas nos controles internos mantidos pela administração da Entidade), concluirmos sobre a existência de possíveis passivos e ativos contingenciais não reconhecidos, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Outros assuntos

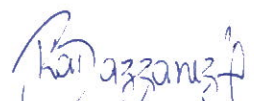
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cujos valores são apresentados para fins de comparação.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2016.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6


EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA
CONTADOR CRC-PR 057250/O T-RJ


KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

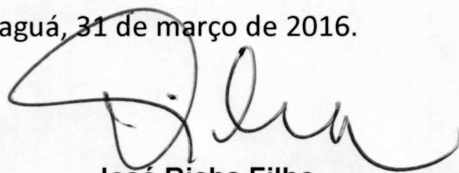
**ANEXO A ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

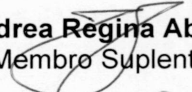
**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

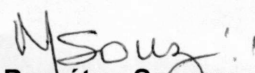
O Conselho de Administração da **Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA**, tendo examinado as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

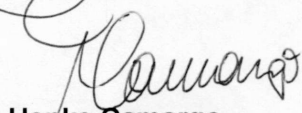
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

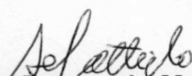
Paranaguá, 31 de março de 2016.

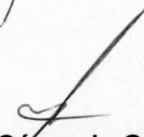

José Richa Filho
Presidente

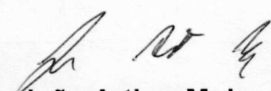

Andrea Regina Abrão
Membro Suplente

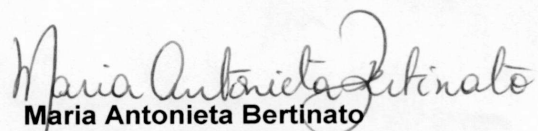

Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira
Membro Titular

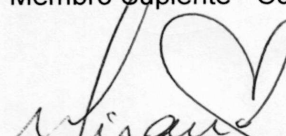

Nilson Hanke Camargo
Membro Titular


Solange Busnardo Mattiello
Membro Suplente – Convidada


Rodrigo César de Oliveira
Membro Suplente


João Arthur Mohr
Membro Suplente - Convidado


Maria Antonieta Bertinato
Membro Titular


Orlei de Souza Miranda
Membro Suplente - Convidado